

2

Trauma, memória e política

Lidar com a memória não é lidar apenas com lembranças. Sobretudo após um evento violento, lidar com a memória é lidar com um passado doloroso que *precisaria* ser esquecido. Em comunidades políticas, essas lembranças estão dispersas e são compartilhadas. Mas o que será lembrado e o que será esquecido são encenados por meio de práticas de memorialização que fazem parte de um jogo político em que interesses são constantemente (re) definidos.

No âmbito da política internacional, eventos violentos como guerras e genocídios acontecem a todo o tempo, mas até para que seja possível seguir em frente é importante esquecer. No entanto, qual parte desses eventos deveria ser esquecida? Como esses eventos são lembrados ou esquecidos? Ou ainda, a quem interessa que eventos violentos sejam lembrados desta ou daquela maneira?

Em momentos de conflito no cenário internacional, como no caso de guerras, a glória dos soldados produz um esquecimento sobre as violências cometidas neste tipo de ação. São esquecidas a forma como os soldados tiveram que agir e todas as situações que foram obrigados a enfrentar. Para que soldados decidam ir à guerra e defender sua pátria, todo um conjunto de práticas, nas quais podemos incluir ideologia, nacionalismo e porque não, práticas de lembrança e esquecimento, são acionadas. Nesse sentido, falar sobre memória na Política Internacional significa também analisar o papel do Estado moderno como um agente que circunscreve tais práticas determinando o que será dito, silenciado e o que assumirá status de verdade.

Assumindo que o trauma representa uma ruptura, o Estado moderno sentiria a necessidade de recontar esse trauma de forma que esse evento seja recolocado dentro da sua própria lógica tanto temporal (teleológico) quanto espacial (territorial). Neste movimento, ações violentas são cometidas para a constante construção de identidades e diferenças que produzem inclusão e exclusão na formação de comunidades políticas. Nesse desenrolar a memória ocupa um lugar importante. A memória carrega em si um potencial para se tornar um mecanismo

de homogeneização. Ao criar uma base que se entenda como comum àqueles cidadãos por meio da memória e de um passado comum, o sentimento de pertencimento, temporal e espacial, reforça as categorias de pertencimento e exclusão.

Na primeira seção do presente capítulo será apresentado o deslocamento da memória individual para o coletivo mostrando como as práticas de lembrar e esquecer pode ter dois objetivos: O primeiro é tentar uma redefinição das narrativas sobre um evento violento de forma que estes sejam reinterpretados seguindo a lógica do Estado moderno, e o segundo é o de privilegiar determinados eventos em detrimento de outros para que se construam as bases que dão o caráter de pertencimento do cidadão para com a sua Nação.

A segunda seção deste capítulo tratará da passagem da memória para a História, em um processo em que a História valide a memória como um Saber ou uma Ciência, revelando uma verdade que precisa ser “encontrada”. As práticas de lembrar/esquecer atuam na produção de conhecimento de forma a validar determinados aspectos de eventos específicos como verdade e, portanto, reconhecidos pela História como certezas. No entanto, outras narrativas pertencentes à memória assumem um caráter de dúvida que remete a algo privado, subjetivo e concernente a cada indivíduo.

A terceira e última seção deste capítulo versará sobre o testemunho como uma forma de resistência às práticas de normalização utilizadas pelo Estado. Essas práticas de disciplinarização atuam constrangendo ou dando novas adjetivações às vozes que representam ou testemunharam um passado traumático que rompeu com o entendimento deste Estado como o provedor de segurança para seus cidadãos.

2.1

O trauma e o Estado Moderno

Considerando que o ser humano é um ser social, torna-se possível entender que uma vida não tem sua sobrevivência baseada apenas no indivíduo, mas também na manutenção de uma ordem social dentro da família, amigos e comunidade política. Um desdobramento das experiências traumáticas do indivíduo para o coletivo permite uma análise das consequências para a comunidade em que este indivíduo está inserido. No caso de eventos que

impactam uma coletividade, como guerras, genocídio e fome, o trauma¹ acontece quando aquilo que o indivíduo acreditava ser fonte de proteção torna-se fonte de ameaça (Edkins, 2003 p. 4).

A conformação política do Estado Nação que temos hoje embora pareça natural é o resultado de inúmeros processos que se deram a partir da criação de racionalidades que se baseiam em resoluções temporais e espaciais. Walker afirma (1993, pp.162-63) que, apesar das aparências, a soberania não é um princípio permanente da ordem política, mas sim, o efeito de práticas complexas que atuam para afirmar continuidades e deslocar as rupturas e perigos para as margens; o princípio do Estado soberano oferece resoluções espaciais e temporais a questões sobre como a comunidade política deve ser, uma vez que o princípio da cidadania articula, a partir da particularidade, uma identidade humana comum e universal.

Nesse sentido, o próprio mito do Estado como um agente “natural” no Sistema Internacional obscurece importantes práticas de memorialização que também se dão através da força e coerção. Por meio do constante emprego do dualismo entre lembrar/esquecer nas narrativas que contam a origem do Estado moderno, violências são esquecidas e identidades são construídas.

O que antes do Estado Moderno existia como normatizador da política, a figura do Rei e todo o aparato da nobreza, mantinham as relações de poder, senão fixas pelo menos estáveis, através da justificativa natural do sangue. O sangue real determinava quem tinha poder e quem não tinha, ditando as relações entre realeza/súdito. No Estado Moderno e com o fim da centralização do poder em uma família, o que determina quem pertence e quem seriam os novos “súditos” ou quem faz parte daquele território é entre outras coisas, a memória, o passado comum e compartilhado.

Com o fim da figura do Rei acaba também a centralização em torno daquele que detinha a memória. No Estado moderno, a memória precisa ser articulada para manter essa ordem, substituindo o Rei por um discurso de autoridade, mas que se baseia na experiência comum.

No entanto, o trauma pode se tornar o elemento que desafia a soberania do Estado tanto na sua resolução espacial, como na sua resolução temporal. No

¹ Neste trabalho não será utilizado o mesmo entendimento de trauma da psicanálise. O trauma aqui representa um rompimento da estabilidade e do que o indivíduo entende por segurança. Para maiores esclarecimentos ver Edkins (2003 p. xiv-xv).

aspecto territorial que caracteriza o Estado moderno, uma violenta ruptura da ordem social muitas vezes deixa clara a tentativa de exterminar as diferenças que hoje estão dentro do mesmo território ou ainda de empurrar o diferente para fora das fronteiras. No aspecto temporal, o trauma rompe com o entendimento linear e teleológico do tempo.

2.1.1

Memória nas resoluções espaciais e temporais

A memória assume um status de *background* para o estudo de formação de identidades coletivas e nacionais. Diferentes abordagens no campo da memória tentam dar conta do que seria seu desdobramento para a memória coletiva, como podem ser úteis para análises de dinâmicas políticas e sociais e ainda em que medida influencia a história, os comportamentos ou a construção de identidades de grupos.

Entre os diversos processos históricos e políticos que resultaram na formação de Estados nacionais modernos está o processo de homogeneização. Por homogeneização se entende os processos de resolução que levaram à escolha de um idioma único e oficial, da escolha também de acontecimentos no passado que ganharam status de origem para aquela comunidade em particular, que geralmente recontam processos de conquista e batalhas, entre outros processos para a criação de uma comunidade idêntica a si.

O que ganha opacidade nas narrativas que recontam a origem do Estado moderno é a violência empregada para que se chegasse a esta homogeneização. Pouco se fala nos “dialetos” que foram esquecidos ou na diversidade de povos com origens diferentes que habitavam a mesma região. A diversidade e as diferenças são sacrificadas e esquecidas nesses processos que tiveram como objetivo a criação de fronteiras e a circunscrição de determinados grupos humanos entre fronteiras.

Rajaram e Grundy-Warr (2007) usam o termo “*borderscapes*” para apresentar o que eles consideram uma dimensão humana derivativa da paisagem e também maneiras de pensar por meio de alternativas de dominação e de poder. Os autores usam esse conceito para enfatizar a inerente contestação do significado da fronteira entre o pertencimento e o não pertencimento. Logo, as “*borderscapes*”

não estão contidas em um espaço específico, mas estão reconhecidas tangencialmente na luta para diferenciar a inclusão da exclusão (Rajaram e Grundy-Warr, 2007 p. xxviii).

Para Bartelson (2006 p. 34) o processo de mudança política de Impérios para o Estado Nação levou a reorganização da memória dos indivíduos – além da reorganização dos próprios indivíduos, com o objetivo de fazer frente aos desafios que se colocam na construção de um mundo mais cosmopolita. Ao trazer Locke e Hume, Bartelson discute as diferentes interpretações dadas à memória e suas consequências políticas no entendimento moderno de soberania.

Bartelson (2006 p. 34-5) afirma que para Locke, a memória funcionaria como um fio condutor entre passado e presente, sendo o material que vai manter a consciência e a unidade entre as várias fases do ser humano, permitindo uma identidade única entre esses “vários seres” que são diferentes ao longo do tempo, mas que mantém algo como único “a todos”. Para Locke, é essa memória que ao guardar a identidade assume um papel fundamental na definição de um homem de direitos no Estado moderno (Bartelson, 2006 p. 35).

Já no ceticismo de Hume, a memória é entendida como um conjunto de lembranças que se seguem umas às outras em um processo de constante fluxo e movimento. A memória não só revela a identidade, mas também, contribui para a sua produção na medida em que faz a relação entre as percepções. Assim, a memória atuaria como o princípio organizador do caos das percepções individuais que são sistematizadas de acordo com padrões de semelhança e causalidade. Para Hume, a memória seria “indispensável para a identidade, mas também possuiria caráter arbitrário” (Hume apud in Bartelson 2006, p. 36).

Para se expandir a relação entre memória e identidade do indivíduo para o coletivo torna-se indispensável trazer Maurice Halbwachs. O autor afirma que para tratar dessa relação em um sentido mais amplo, é fundamental que não se perca de vista o contexto social. Para Halbwachs:

“It is in society that people normally acquire their memories. It is also in society that they recall, recognize and localize their memories...and the groups of which I am part at any time give me the means to reconstruct them” (Halbwachs pud Bell 2006, p.12).

Bell (2006 p. 12-3) traz exemplos interessantes sobre como a percepção das elites nacionais impactam nas decisões que tem impacto na política mundial. Entre os exemplos, o caso mais emblemático é, sem dúvida, o posicionamento da Alemanha no Pós II Guerra Mundial. As políticas de desenvolvimento para a reconstrução da Alemanha neste período, bem como a tentativa de reerguer a antiga Alemanha Oriental, silenciaram eventos importantes do período da II Guerra Mundial, como: o bombardeio das cidades alemãs pelos aliados, o estupro em massa de mulheres alemãs pelas tropas soviéticas em 1945 e o próprio Holocausto. Esses eventos foram sacrificados em nome da intenção de se reconstruir a Alemanha sobre novas bases e esquecer “detalhes” desconfortáveis sobre a guerra (Bell, 2006 p. 13).

Na relação entre trauma e temporalidade, o que Edkins (2003 p. xiv-xv) chama de “*trauma time*” se apresenta como uma ruptura da linearidade, o inesperado que de certo modo ameaça a soberania do estado. A autora destaca que o tempo não é um fenômeno natural, mas sim socialmente construído e contemporaneamente encontra-se atrelado a uma concepção de tempo linear e homogêneo. Esse modo de entender o tempo corrobora para uma forma particular de poder – o poder soberano do Estado Nação moderno.

Edkins aponta que um estresse traumático é uma “doença do tempo” que permite que o passado, ou memória, seja revivido no presente na forma de imagens e pensamentos intrusivos e de forma compulsória (Edkins, 2003 p. 43). Desta forma, a memória pode ser vista como algo que subverte uma distinção clara entre passado e presente e introduz um elemento de dúvida. Embora o entendimento sobre a memória seja de algo que remeta ao passado, a memória está intrinsecamente ligada ao presente, como uma ponte (Zehfuss, 2007, p. 179).

Os argumentos acima apresentadas mostram que a memória é um mecanismo importante na criação de identidades. A utilização do passado na forma de uma memória coletiva é capaz de fornecer uma identidade comum aos cidadãos inscritos dentro de suas fronteiras. A construção de narrativas baseadas em um passado compartilhado tem forte potencial de reificar categorias de pertencimento e exclusão que legitimam ações de caráter homogeneizante.

2.2

Memória, verdade e saber

Para se tomar decisões e se enfrentar dilemas é comum que se faça referência ao passado, o que resulta muitas vezes em uma abordagem centrada na consequência dos eventos. O problema desse tipo de abordagem é que ela acaba por criar uma ilusão de que se poderia ter feito diferente e assim ter evitado esse ou aquele efeito, sem, no entanto, se dar conta de que toda decisão tem, por conseguinte, desdobramentos que não são possíveis de serem previstos. Mesmo sabendo o que ocorreu no passado, não se sabe o que deveria ter sido feito e, mesmo tendo todas as informações necessárias, pode-se perceber que não é possível saber tudo.

Decisões importantes são tomadas após o confronto de questões de ordem ética e política. Assim, é compreensível que se queira ter a segurança do conhecimento. No entanto, questões que envolvem responsabilidade estão além do conhecimento. Processos que envolvem decisão envolvem risco e insegurança que resultam em grande incerteza. Zehfuss conclui que:

Thus it is impossible to “find” and express “neutral” knowledge that would counteract problematic memories, both because the relationship between knowledge and memory is more complex and because such neutral knowledge about the past is impossible. If this is the case, it seems increasingly unclear what precisely is meant by forgetting (Zehfuss, 2007 p.226).

Memórias são percepções do passado e a memória coletiva, a partilha dessas percepções. Ao assumir que percepções são expressas por meio de narrativas, percebe-se não ser possível considerar que exista uma verdade com letras maiúsculas, e sim, um conjunto de percepções e narrativas sobre eventos ocorridos em algum período de tempo. Assim, é possível afirmar que existem várias verdades, bem como várias versões para um mesmo acontecimento.

Um debate presente nos estudos sobre memória e política é a relação entre memória e História. Ao se considerar que a memória atua como um grande norteador para a produção da verdade e do saber, e que diversas narrativas irão concorrer para serem incorporadas pelo que depois será chamado de História, faz-se necessário uma apresentação deste debate.

As narrativas que constituem a História do Estado Nação apresentam uma forma linear e hegemônica onde não há dúvidas sobre o passado. Para que se

chegue a uma narrativa uníssona, o Estado disciplina e normaliza as memórias individuais experimentadas durante conflitos violentos.

Müller (2002 p. 25) considera que é importante se distinguir memória, história e política. Uma maneira de se fazer isso é considerar a memória como “poder simbólico”. Neste caso, o autor está considerando que a política e a história fariam parte de um poder material e tangível, enquanto a memória seria parte do imaginário coletivo. No entanto, é importante ressaltar que mesmo que fosse possível fazer essa distinção entre as bases tangíveis e intangíveis de poder, é a partir de “esferas simbólicas”, ou imateriais, que se faz possível a legitimação de políticas públicas e mesmo a contestação de políticas domésticas.

A crítica de Müller (2002 p. 23) é que colocar memória e história apenas como representações é um erro dos pós-modernos. Uma vez que para o autor a memória coletiva pode ser vista como ahistórica ou anti-histórica e que na memória coletiva existiria uma reivindicação moral que não estaria presente na História. Segundo o autor (Müller, 2002 p. 23) a memória e a história podem trabalhar juntas para um aperfeiçoamento do conhecimento. Müller (2002 p. 23) acredita que não sendo a memória um conceito monolítico, ela pode contestar a História e ainda corrigi-la, em alguma medida. Sendo memória e História relacionadas e imprescindíveis para se entender os processos de formação de identidade nacional, é fundamental “se fazer uma distinção entre elas” embora apresentem uma “falsa dicotomia” (Müller, 2002 p. 23).

Müller acrescenta ainda que ao se diferenciar a memória da história e da política abre-se a possibilidade de se analisar como as memórias individual e coletiva interagem entre si e de se entender com mais sutileza como esses dois conceitos são construídos. Caso contrário, é possível apenas uma análise grosseira que levaria ao entendimento de que memória e história são construídas socialmente da mesma maneira. “Above all, it shows that memory, whether national or personal, is neither simply durable nor infinitely malleable” (Müller, 2002 p. 30).

Bruner (2002) parte em direção oposta a Müller (2002) e tenta fazer uma crítica ao modelo utilizado para se formar e consolidar identidades nacionais por meio de narrativas. O autor (Bruner, 2002 p. 7) observa que o que caracteriza a identidade nacional não é simplesmente um conjunto de narrativas para justificar ações, mas sim o resultado de uma disputa entre vários discursos. Esses discursos

vão competir nos processos de negociação para definir o que está na imaginação coletiva como pertencente à identidade da nação. Para Bruner:

Within this rhetorical-philosophical framework, collective identities are assumed to be political inasmuch as they are always a choice between narratives, and while subjects are never hostage to the effects of a single or identity (e.g., national identity), it's nevertheless the case that many particularly influential narratives entail politically consequential exclusions oftentimes invisible to those who identify with them (Bruner 2002 p.7).

Bruner (2002 p.7-8) demonstra como a análise de discursos controversos acaba por mostrar a transgressão ou resistência aos “limites” da identidade. O autor trata, por exemplo, do discurso controverso que adjetiva a identidade alemã ocidental como vítima do Nacional Socialismo, apagando da “memória pública” os perpetradores pertencentes ao mesmo partido. No caso da Rússia, o autor analisa o discurso controverso na identificação de Yeltsin e sua política econômica como democrática, apagando mais uma vez da “memória pública” aspectos da infraestrutura institucional necessária, para que haja uma livre competição no mercado. Por último, o autor traz o exemplo do Quebec, onde um discurso faz acreditar que Quebec é um país multicultural, escondendo os motivos étnicos e culturais que levaram a secessão.

Bruner (2002, p. 8) explica os vários discursos controversos na formação da identidade nacional através da História. O autor utiliza os três “tipos” de história identificados por Nietzsche: monumental, antiquaria e crítica. Para Nietzsche, aqueles que se engajam na história monumental constroem um passado “*worthy of imitating*” e “*use history as an incentive to action*”. Esse uso do passado é sempre perigoso, uma vez que pode ser “destorcido ou reinterpretado de acordo com critérios estéticos ficando próximo da ficção”. Bruner ressalta que líderes estatais fazem uso desse tipo de história para manter o apoio da população no sentido de ganhar legitimidade para o uso da violência e “criação” de um “cidadão ideal”. Já na história antiquaria, seriam aqueles que amam a história pela história e querem preservá-la mais que utilizá-la. Para o autor, o melhor exemplo para a História antiquaria é a narrativa cronológica dos eventos, como a hora em que a pessoa chegou ou que roupa estava vestindo. No entanto, o autor identifica que mesmo nesse tipo de história há uma seleção, uma vez que não é possível que se recorde de todos os eventos com suas minúcias e em sua totalidade. E por fim, a história crítica é aquela em que se produz uma crítica à história monumental e antiquaria

com o objetivo de se revelar injustiças sobre como e o que foi excluído na narrativa e, portanto, silenciado.

Nesse sentido, as narrativas que competem para a formação da identidade nacional constituem um “campo de batalha de interesses”. A supressão de aspectos contraditórios da história nacional cria um amplo suporte às políticas escolhidas. A memória é utilizada como um mecanismo de disciplina. Narrativas textuais e intertextuais são empregadas pelo Estado Soberano na tentativa de se recontar um determinado evento.

O debate apresentado mostra que existe uma diferença fundamental entre memória e história. A memória seria viva, em permanente evolução e aberta para negociações entre lembrança e esquecimento. Ao mesmo tempo, a História seria uma reconstrução, uma representação do passado. Não desconsiderando esta afirmação, mas apontando eventuais consequências dela, a afirmação de que a História não estaria aberta a negociações de lembrança e esquecimento é o mesmo que afirmar que a História seria uma reconstrução verdadeira do passado, uma vez que se baseia nos paradigmas que validam um campo do saber como Ciência. Outra possível consequência da afirmação acima é tornar opacos os processos de lembrar/esquecer que influenciam a História, e também são formadores de identidade.

Uma das maneiras utilizadas pelo Estado para que determinados eventos ganhem importância, mas sejam ao mesmo tempo disciplinarizados, acontece por meio da criação de museus, feriados, datas comemorativas e oficiais entre outros². Assim, a memória vai se tornando História, deixando de ser negociada e viva, assumindo um status de verdade e representando uma narrativa que pressupõe o que deve ser lembrado ou esquecido e, o mais importante, como essas duas ações devem ocorrer.

É importante perceber que a narrativa oficial que compõe a História é o resultado de diversas outras narrativas que concorreram para uma validação e, mais ainda, que assumiram o *modus operandi* temporal e espacial do Estado. No entanto, não se pode afirmar que na narrativa, ou memória individual, seria possível encontrar a Verdade, ou uma narrativa não imbuída de qualquer

²Esse processo será mais bem desenvolvido no 2º capítulo deste trabalho.

juízo ou não-situada. Todo este processo leva à morte da memória que passa a ser petrificada, desritualizada e esquecida. Para Zehfuss:

The reference to the “truth” of the past or “truthfulness” in confronting the past, such as in the campaign “against forgetting” and in von Weizsäcker’s speech, trivializes the problem of memory. If memory is treated as a form of what is generally taken to be “knowledge” - and thus as in comparative relationship with history - it can only ever turn out to be a lesser form of it. In this way of thinking, history necessarily trumps memory... Yet the concern about the relationship between memory and history is the wrong question to ask. Of course, memory is very unreliable as a form of knowledge. As we have seen, emotions are important and, what is more, forgetting is an inevitable part of remembering. Forgetting is not simply the opposite of remembering. Remembering is structurally dependent on forgetting, is always already marked by forgetting. This means that the idea of getting memory to conform more closely to “truth” is not only a narrow concern but one doomed to fail. Quite apart from the radical impossibility of “true” knowledge about the past, this simply ignores the inextricable relationship of remembering and forgetting (Zehfuss, 2006 p. 228).

O debate apresentado entre memória e História nos leva a conclusão que ao se relacionar História e Poder temos como resultado: Verdade. Aquele tipo de verdade que naturaliza a organização social e política atual, como se nunca tivesse ocorrido nenhuma mudança (a não ser em termos de progresso e desenvolvimento) que tenha resultado em diferenças significativas no cotidiano das pessoas. Na outra possibilidade, de combinar Memória e Poder como resultado da tangibilidade da memória há um engessamento do passado. Através da celebração, a monumentalização atua como marcadores que fixam temporalmente determinados eventos.

2.3 A prática do testemunho

The way in which events such as wars, genocides and famines are remembered is fundamental to the production and reproduction of centralized political power. However, memory is central not only to the production of these forms of power but also to their contestation: certain types of memory, the memory of catastrophic events, for example, provide specific openings for resistance to centralized political powers (Edkins, 2006).

Nesta passagem, Edkins (2006) fala sobre determinados tipos de memórias que teriam a potencialidade de oferecer resistência. Esta seção representa o esforço de articular a ideia de que toda memória traria em si a possibilidade de oferecer resistência por meio da narrativa daqueles que testemunharam o evento

traumático. Entendendo que o poder não se dá de forma centralizada, ou seja, está disperso em relações intersubjetivas, ao se construir narrativas que tentam disciplinar o trauma, abre-se também a possibilidade de resistência nessa mesma relação.

A resistência pode estar presente e se mostrar de diversas formas na relação entre trauma, memória e política. A que será apresentada nesta seção é a que se revela através do testemunho. Ilana R. Bet-El fala da força que tem a frase “eu me lembro de que...” que garante legitimidade a quem fala e advoga para si a autoridade de quem presenciou determinado evento.

“There is a power to the words “I remember”: the power of an event long past, exerting itself upon the present, the power of an individual over a collective, the power of an opinion over fact. It is not one that can simply be included in academic theory or quantified by statistics, nor can it easily be discredited as untrue. Often enough, “I remember” is not an exchange - it is an authoritative statement, based on the stark power of personal convictions, seemingly resistant to contestation by others. When the words begin a flow of warmth or love, it is positive, binding power, but it is the most divisive and negative one possible when they lead on to events of death and destruction, allocating blame and defining justice in terms of personal and national memories. For as the dark recollections swirl around, enforced by the personal pain of the speaker, the statements join together into a weapon of hate and fear.” (Ilana R. Bet-El, 2002 p. 206).

A testemunha teria no seu discurso o poder de influenciar pessoas e despertar sentimentos na sua comunidade, ou seja, apresenta potencial de mobilização em torno de determinado evento. Mesmo nos discursos já oficializados sobre algum evento traumático, quando alguém conta para sua família ou grupo comunitário suas lembranças pessoais, esta narrativa ganha importância, uma vez que aquela pessoa faz parte da comunidade na qual expõe suas lembranças pessoais. Tudo isso carrega uma carga emocional muito forte e apresenta potencial para se tornar uma resistência ao discurso dominante.

Desta forma, observa-se que a linguagem é parte da ordem social podendo-se também afirmar que quando essa ordem desmorona, no momento do evento traumático, rompe-se também com os sistemas individuais de interpretação. Assim, o relato da testemunha, que nesse caso também é sobrevivente, está desconectado das resoluções de tempo e espaço do Soberano, justamente porque revela a ruptura, o trauma. A narrativa deste sobrevivente não reflete mais as relações de poder, do *status quo*, que define e delimita o que é aceitável (Edkins, 2003 p. 8).

O uso do termo “indizível” na descrição do trauma não é apenas uma desculpa para não ouvir o que está sendo dito, mas reflete também a visão dos sobreviventes sobre o que eles passaram, a ideia de que o que eles viram, ouviram ou tiveram que fazer não pode ser comunicado. Assim, pode-se afirmar que a linguagem é em si mesma social e política.

No pensamento ocidental moderno dominante o discurso e o silêncio assumem a forma de uma hierarquia binária onde o discurso tem primazia sobre o silêncio. Jargões do cotidiano como “quem cala, consente” denotam como o silêncio é tido como um movimento de aceitação ou até mesmo de mentiras. Onde há o silêncio, há a dúvida.

Väyrynen (2007 p. 8) cita o exemplo dos casos de estupro às mulheres muçulmanas na Bósnia durante os conflitos que levaram a desintegração da ex-Iugoslávia. Nesse caso, os testemunhos dessas mulheres, por motivos culturais as levariam ao banimento social. O mesmo aconteceu, por motivos um pouco diferentes, com as mulheres somalis, quando estas não quiseram narrar suas experiências sobre o estupro durante o conflito. Nesse caso, essa experiência pela qual passaram não é reconhecida como heroica, como acontece nos casos em que as mulheres lutaram na linha de frente. Assim, a autora (Väyrynen, 2007 p. 8) contribui com a ideia de que existem acontecimentos que são inenarráveis seja pelo risco do estigma ou pelo risco de ser considerado passível de medicação.

No entanto, é importante ficar atento às interpretações que são feitas a partir desses testemunhos. Alguns autores (Bell, 2006 e Edkins, 2003) apontam para o perigo do uso do discurso do trauma pelo Ocidente, principalmente no momento do Pós II Guerra Mundial, em que há uma “abdicção da responsabilidade política e individual e a emergência de uma cultura da vítima para todos que pode levar a um efeito politicamente neutralizante.” (Bell, 2006 p. 9).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a partir do crescimento, na década de 80, do entendimento de que o PTSD³ (sigla em inglês de *pos-traumatic stress disorder* ou estresse pós-traumático) se dá também naqueles que infringiram violência cria-se uma categoria de subjetividade também de vítima para os perpetradores. Assim, os soldados americanos do Vietnã ao Iraque, que cometeram atrocidades contra a população local; bem como as populações que

³ O estresse pós-traumático foi nomeado pela primeira vez como uma desordem no Manual de Diagnoses da Associação Psiquiátrica Americana somente em 1980.

pegaram em armas para perpetrar crimes contra a sua etnia rival, de Ruanda à Bósnia, ou ainda os nazistas que torturaram judeus no Holocausto, merecem compaixão ao mesmo tempo em que perderam a sua agência. Para Bourke:

“One effect of the trauma trope has been to create a universal suffering subject outside of history. Individuals are reduced to bodies-in-pain. Yet pain is always local. To universalize it is to remove the specifics of an individual's history; it is to situate torture in the realm of moral edification” (Bourke apud Bell, 2006 p. 10).

Os sobreviventes que sofrem de estresse pós-traumático atualmente são atendidos por um amplo sistema de cuidados médicos e psicológicos. O problema não está em receber o atendimento necessário para sua recuperação, mas está na caracterização dada a esse indivíduo. Ao ser diagnosticado, essa pessoa passa de sobrevivente a paciente e assim suas memórias, e os sentimentos que vem com ela são deixados de lado, perdem importância política e são descontextualizados.

Para Edkins (2003 p.55) as agências que oferecem ajuda a esses sobreviventes focam na questão humanitária como se fosse possível desvincular essa prática do seu contexto político. Mas a consequência dessa abordagem é a “despolitização da violência da guerra porque propõe uma solução individualizada que está divorciada das questões sociais de restauração ou reconstrução da comunidade política seja em novas ou antigas formas” (Edkins, 2003 p. 55).

Examinar o trauma como uma prática social historicamente situada converge para o trabalho de Michel Foucault, uma vez que este autor analisa como o objeto – aqui o trauma, parece só ter sido “descoberto” recentemente, mas que na verdade é produzido pelo discurso. Por discurso, Foucault não está se referindo apenas à linguagem, mas sim práticas discursivas, como prática social. Assim, os objetos são produzidos na e através da prática discursiva. Para Edkins (2003), o estresse pós-traumático não estaria localizado apenas historicamente, mas também geograficamente. O diagnóstico é proveniente de noções específicas de indivíduo e práticas de psiquiatria genuinamente ocidentais (Edkins, 2003 p. 45).

Através das práticas sociais e particularmente, através de práticas discursivas, o trauma se tornou objeto de estudo dos psiquiatras. Esses processos são contínuos e vão adicionando sujeitos e objetos aos estudos científicos. No caso do trauma, apenas após uma grande pressão dos veteranos da Guerra do

Vietnam nos Estados Unidos, junto com o movimento feminista, que o “estresse pós-traumático” entrou para a lista de desordens mentais.

Para Foucault isso não quer dizer que só então o trauma foi reconhecido, mas que só a partir de então que o trauma se tornou uma categoria que poderia ser utilizada e o mais importante, passa a ter consequências políticas (Edkins, 2003 p. 45). A autora (Edkins, 2003 p. 46) acrescenta que uma vez que o PTSD foi aceito como síndrome, várias outras práticas foram validadas, como todo um sistema de pensão, serviço médico especializado, além da simpatia pública.

Outra categoria indenitária e subjetiva que encontra consequências políticas em seu testemunho são os sobreviventes. Os sobreviventes de eventos chamados traumáticos têm algo a dizer, especificamente, eles têm algo a revelar sobre como as pessoas estão organizadas em relação ao poder e à comunidade política no mundo ocidental contemporâneo (Edkins, 2003 p. 51).

Após episódios de violência esses sobreviventes ganham o status de extraordinários podendo ser glorificados, reverenciados, representados como simulacros vivos de acontecimentos importantes da História ou podem ser ignorados, tidos como loucos, ou medicados. Assim os episódios de violência pelo qual passaram inerentes a guerras e revoluções necessárias para produzir o Estado, devem ser esquecidos em seu aspecto traumático, para manter a fantasia do estado democrático e liberal pacífico (Edkins, 2003 p. 52).

Entender o trauma como uma ruptura do entendimento do Estado como um soberano garantidor de segurança poderia levar ao entendimento de que o trauma estaria fora das relações de poder que estão presentes na modernidade. No entanto, o trauma faz parte dessas relações de poder. Uma vez que o Estado está construído sobre a violência, sua manutenção também terá que incorrer sobre a violência. Desta forma o trauma, como ruptura, se apresenta não como exceção, mas sim como constante das relações sociais modernas.

Em termos Foucaultianos o poder não faz parte de uma relação de cima para baixo, mas sim através das relações sociais. Esta interação leva a produção de resistência e também de subjetividades. A própria existência de sobreviventes que encontram um espaço para testemunhar, admite a existência de um espaço onde é possível narrar. Dessa forma, a ruptura é também ela absorvida, disciplinada de forma a se (re)criar subjetividades, categorias de inclusão/exclusão e de igual/diferente. A ideia é que o diagnóstico e o tratamento

dado aos sobreviventes do trauma podem servir para disciplinar suas memórias dando a elas uma adjetivação menos poderosa ou cooptando essa narrativa de forma a servir aos propósitos do Estado.